ATA DA 38ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 5 DE JUNHO DE 2023.

PRESIDENTE: VEREADOR ISNARD ARAÚJO
1º SECRETÁRIO: VEREADOR RICARDO ALMEIDA (em exercício)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR JULIO SANTOS (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALBERTO BRAGA, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, ARNANDO LESSA, ÁTILA DO CONGO, AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CAROLINO, CÁTIA RODRIGUES, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, HÉLIO FERREIRA, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTÔNIO, JULIO SANTOS, KIKI BISPO, LAINA CRISÓSTOMO, LEANDRO GUERRILHA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELO MAIA, MARTA RODRIGUES, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA, estando licenciados os vereadores CLÁUDIO TINOCO e EDVALDO BRITO. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projetos de Lei n.s 137/23 do vereador Cláudio Tinoco, 138/23 da vereadora Debora Santana e 139 a 141/23 do vereador Sílvio Humberto; Projetos de Indicação n.s 120/23 do vereador Cláudio Tinoco, 121/23 do vereador Carolino, 122/23 da vereadora Laina Crisóstomo e 123/23 do vereador Carolino; e Requerimento de Utilidade Pública n. 38/23 do vereador Sílvio Humberto. Terminada a leitura do Expediente, em

comunicação inadiável, o vereador Ricardo Almeida registrou a presença do vereador Júlio Borges, da Câmara Municipal de Camaçari. Na **Tribuna Popular**, o senhor Cleiton Ferreira (Sindacs-Bahia), das Entidades Unificadas (Sindacs Bahia, Sindseps, Aasa, Aaces e Ademacen), lembrou os muitos dias em que ele e seus pares ficaram acampados em movimentação pelos pleitos dos agentes de saúde e de endemias. Historiou toda essa luta, que envolvera batalha judicial. Registrou o advento da Emenda Constitucional, de 2022, que estabelecera o piso remuneratório da categoria e levou à criação da Lei municipal, de iniciativa do Executivo, referente a esse piso. Lamentou que a Prefeitura, até o momento, não estivesse cumprindo a Lei que ela própria criara. Leu texto contendo detalhes financeiros sobre a remuneração da categoria, apontando que parcela destinada ao aumento remuneratório não era aplicada a esse fim. Pediu o apoio dos vereadores. Ainda pela mesma representação, o senhor Ivando Antunes (Aasa) destacou que o Supremo Tribunal Federal (STF) declarara a constitucionalidade do piso dos agentes. Expôs circunstâncias e elementos acerca do descumprimento dessa diretriz pela Prefeitura. Sinalizou com a possibilidade de paralisação da categoria. Dando-se seguimento à **Tribuna Popular**, a senhora Nadilene Nascimento de Sales, do Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto no Estado da Bahia (SINDAE), leu texto sobre o Dia do Meio Ambiente, celebrado nesta data, e, através do escrito, discorreu sobre os desafios que as crises ambientais globais criavam para a sua categoria. Salientou questões sociais e a importância da união e da conscientização. Destacou as responsabilidades governamentais sobre a questão e a necessidade de mudanças no modo de se tratar o meio ambiente e as pessoas. Defendeu o desenvolvimento sustentável, políticas justas e o bem-estar dos trabalhadores. Nos Comentários à **Tribuna Popular**, o vereador Armando Lessa salientou a importância ambiental e social dos trabalhadores em água e esgoto. Criticou o não-pagamento do piso dos agentes de saúde, propondo comissão da Casa para dialogar com o Executivo. O senhor presidente destacou o Dia da

Conscientização sobre a Escoliose, pedindo um olhar sobre essa doença. A vereadora Marta Rodrigues criticou o não-pagamento do piso dos agentes e concordou sobre a Casa ir até o Executivo. Elogiou os trabalhadores em água e esgoto e discorreu sobre as questões ambientais a que eles se dedicavam. O vereador Tiago Ferreira salientou a força sindical dos trabalhadores em água e esgoto e dos agentes de saúde, destacando a atuação dos agentes na pandemia de Covid-19 e defendendo o seu piso. Também destacou o Programa Saúde da Família, apontando falhas em sua cobertura e projetando que isso, assim como a insuficiência de agentes de saúde, aumentaria a demanda em hospitais. O senhor presidente Isnard Araújo pediu, às lideranças, apoio a Moção de aplauso a Projeto de Emenda à Constituição (PEC) em favor de creches e entidades congêneres sem fins lucrativos. Pediu que os pares dialogassem com o Executivo. A vereadora Laina Crisóstomo lembrou que já apontara a subtração de gratificações dos agentes de saúde. Desdobrou questões relativas ao Dia do Meio Ambiente e mencionou agressões ambientais em Salvador, criticando ações da Prefeitura. O vereador Augusto Vasconcelos historiou a luta sobre o piso dos agentes de saúde e criticou a falta de compromisso da Prefeitura. Elogiou o SINDAE, contando a sua história pessoal com seu pai, membro dessa categoria. Criticou o *Bus Rapid Transit* (BRT), lembrando denúncia que fizera sobre as obras desse modal ameaçarem tubulação de água. No **Pinga-Fogo**, o vereador Ricardo Almeida criticou Requerimento sobre as drogas, encaminhado na Casa, no qual as drogas figuravam como produto de um "mercado promissor". Mencionou os familiares que sofriam por alguém viciado em drogas. Defendeu a reabilitação das pessoas que padeciam desse vício e políticas públicas diversas sobre a questão. Pediu a rejeição do Requerimento. O vereador Luiz Carlos Suíca pediu que o Requerimento sobre as drogas fosse bem compreendido. Denunciou que entidades recebiam subsídios públicos para tratar pessoas com vício e nada faziam. Mencionou os que padeciam do vício em bebidas alcoólicas. Rejeitou a criminalização sobre o Movimento dos

Trabalhadores Sem-Terra (MST), destacando que eles produziam alimentos e apontando que o agronegócio introduzia toxinas nos vegetais. Assumiu a Presidência o vereador Ricardo Almeida, que comentou sobre a sua vivência como usuário de drogas recuperado após tratamento, explicando que, desse lugar de fala, divergia de como as drogas eram referidas na Proposição criticada. Aplaudiu a diversidade de pensamento entre os edis. Prosseguindo-se com o Pinga-Fogo, o vereador Isnard Araújo também criticou o modo como a venda de drogas era tratada na Proposição em comento. Comentou sobre a PEC, do deputado federal Marcelo Crivella, que beneficiava entidades de assistência, expondo sobre as dificuldades enfrentadas por tais entidades. Explicou que a PEC contemplava linhas religiosas variadas e relatou doação que a Igreja Universal do Reino de Deus fizera a entidades religiosas de matriz africana. A vereadora Laina Crisóstomo, autora do Requerimento relativo às drogas, rejeitou as *fake news* e a incompreensão do teor de sua Proposição. Leu os termos do Requerimento, que visava à criação de frente parlamentar mista para uma nova política sobre drogas, e criticou a política atual por levar pessoas, sobretudo negras, à prisão e à morte. Explicou que o Requerimento visava à atuação multilateral sobre a questão das drogas e explicou a referência ao mercado das drogas, opinando que a legalidade poderia resolver os graves problemas atuais. Nas **Representações Partidárias**, pela liderança do Governo, o vereador Paulo Magalhães Júnior comentou sobre o projeto *Morar Melhor*. Contou a sua participação inicial do projeto, mediante Proposição sua cujo conteúdo fora ampliado pelo ex-prefeito ACM Neto e o então secretário Bruno Reis. Anunciou que lançava o *Morar Melhor* dos prédios, o qual contava com o aval da vice-prefeita Ana Paula Matos. Em comunicação inadiável, o vereador Leandro Guerrilha elogiou o *Morar Melhor* e anunciou o lançamento, no dia seguinte, do projeto *Casa Legal*, na região de Narandiba e Saboeiro. Explicou que o projeto atribuía a legalização da posse de moradores sobre seus imóveis. Assumiu a Presidência o senhor presidente da CMS, vereador Carlos Muniz. Pela liderança

da Oposição, a vereadora Marta Rodrigues comentou sobre o Parlamento Jovem, agradecendo aos pares que se fizeram presentes e destacando a vinda de estudantes à Casa para ter contato com noções acerca da democracia. Enalteceu a qualidade dos argumentos que os jovens apresentaram nas discussões realizadas. Pontuou a necessidade de debate qualificado na Casa e sugeriu a vinda de especialistas para alimentar os debates. Agradeceu o apoio do senhor presidente e do diretor legislativo Carlos Neto ao Parlamento Jovem. O senhor presidente elogiou o trabalho da vereadora Marta Rodrigues. Em comunicação inadiável, o vereador André Fraga destacou o Dia do Meio Ambiente e as reflexões que ele suscitava. Apelou ao governador por atenção aos parques e apelou ao prefeito por escala na coleta seletiva de resíduos. O senhor presidente consultou as lideranças sobre a inversão da pauta para a votação a Ordem do Dia, ficando mantidos os tempos de fala após as votações. Todos concordaram. Adentrando-se a **Ordem do Dia**, foram incialmente discutidos, votados e aprovados, até a Redação Final, o Projeto de Lei n. 131/23, de reajuste dos servidores municipais, e o Projeto de Lei n. 77/23. Em seguida, declararam voto sobre o Projeto de Lei 131/23 os vereadores: Sílvio Humberto (a favor, apontando falta de critério da Prefeitura para reajustes aos servidores, criticando o baixo montante oferecido e o tratamento dado à pecúnia, e defendendo a valorização dos servidores); Marta Rodrigues (a favor, atribuindo a boa saúde financeira da Prefeitura aos servidores, cuja valorização defendeu, analisando por que as Contas do Município eram aprovadas com ressalvas e criticando a gestão financeira da Prefeitura); Augusto Vasconcelos (a favor, apontando lacunas no Projeto e falta de negociações, propondo um outro projeto da mesma natureza e destacando a qualificação dos servidores); e Laina Crisóstomo (a favor, apontando falta de diálogo e impositividade por parte do prefeito, e exaltando o espírito coletivo no serviço público). Foi concedido tempo ao vereador Arnando Lessa, que explicou que os votos favoráveis ao Projeto do reajuste não encerravam a luta e destacando psicólogas e assistentes socias que

também lutavam. O senhor presidente também registrou a presença do vereador de Camaçari Júlio Borges e declarou pesar pelo falecimento de Maria Alice, mãe de criação do prefeito Bruno Reis. Na sequência, foram ainda discutidas, votadas e aprovadas as seguintes Proposições: Moções n.s 131/23 (contra os votos dos vereadores da Oposição) e 132/23; e Requerimentos n.s 179/23, 180/23 (contra o voto do vereador Luiz Carlos Suíca), 181/23, 182/23, 183/23, 184/23, 185/23 e 186/23. Pela ordem, o vereador Ricardo Almeida observou já haver Comissão sobre o conteúdo do Requerimento n. 188/23, relativo às drogas, cuja apreciação se iniciaria, e declarou voto contrário em caso de sua aprovação. O senhor presidente indagou sobre as razões da contrariedade, repassando a informação, do diretor legislativo, de que a frente proposta nesse Requerimento tinha teor mais amplo. Pela ordem, o vereador Alberto Braga apontou duplicidade nesse Requerimento e rejeitou que nele houvesse maior abrangência. Em seguida, foram discutidos, votados e rejeitados os Requerimentos n.s 188/23 e 189/23. Retomando-se as **Representações Partidárias**, o vereador George Reis agradeceu a aprovação do seu Projeto de Lei n. 77/23, do Dia do Trancista, cuja sanção pelo Executivo estimou. Assumiu a Presidência o vereador Ricardo Almeida. Compartilhando esse tempo partidário, o vereador Sandro Bahiense expôs sobre o seu Projeto, rejeitado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), para que as construtoras garantissem vagas de estacionamento para os moradores das edificações que construíssem. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por quinze minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o senhor presidente Ricardo Almeida declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO